

# DF ainda *representação política* pode ter eleições

A possibilidade de o Distrito Federal conquistar ainda hoje o direito de eleger pelo menos oito deputados, ainda não foi totalmente descartada, embora o Palácio do Planalto ameace com a retirada da emenda Figueiredo. Se isso ocorrer, parlamentares, entidades de classes e os partidos organizados em Brasília, vão lançar imediatamente estratégias que permitam, no segundo semestre, a votação de propostas que estabeleçam eleições no DF.

Basicamente, duas propostas de articulação serão lançadas em Brasília. Essas propostas devem ser amplamente discutidas junto às entidades de classe, associações de moradores e partidos políticos, objetivando conquistar uma unidade para pressionar a sua aprovação tanto pelo Palácio do Planalto quanto pelo Congresso Nacional.

## AS PROPOSTAS

A primeira delas é defendida basicamente pelos partidos políticos organizados e pelos setores identificados com as correntes consideradas mais progressistas. Ela consiste em arregimentar todo o apoio possível para os projetos do senador Mário Maia (PMDB/AC) e do deputado e hoje prefeito de Curitiba, Maurício Fruct (PMDB/PR), que já foram lidos em plenário, receberam parecer e poderão ser colocados na ordem do dia por um simples acordo de liderança.

Os projetos dos dois parlamentares dão a Brasília 3 senadores, eleição de deputados federais em número proporcional à população do Distrito Federal e a criação de uma Assembleia Legislativa. O de Mário Maia estende-se um pouco mais: permite a eleição do Governador para um mandato de 4 anos.

O deputado Oscar Correa Dias (PDS/MG) posicionou-se favoravelmente à ideia da represen-

tação do senador Marcos Gadelha (PDS/PB), que admite uma representação de até 8 deputados a nível da Câmara.

De acordo com Benedito Antônio Domingos, coordenador da Comissão de Representação Política da Associação Comercial do Distrito Federal, o espírito da proposta de Gadelha já foi plenamente aceito pelo Palácio do Planalto e sua aprovação dependeria basicamente de um maior esforço por parte da sociedade local. Para Benedito Domingos, se a emenda Figueiredo vier a ser retirada, esta decisão estaria mais afeita a questões políticas nacionais e não significaria um veto ao direito do voto para Brasília.

Dentro da estratégia apontada pelo empresário, sem a aprovação do Projeto Figueiredo, seria necessário apresentar uma nova emenda definindo 8 deputados para o Distrito Federal e aí iniciar um amplo trabalho para que ela pudesse tramitar em regime de urgência.

Esta proposta defendida pelos líderes empresariais dificilmente será aceita pelos partidos e pelas entidades de trabalhadores afinados com a luta pela emancipação política da capital da república. De acordo com as principais lideranças destes segmentos, o Senado é fundamental para dar maior estabilidade aos partidos políticos locais, e a supressão deste direito poderia vir a comprometer a própria representação. A indicação de candidatos ao Senado serviria como um elemento de coesão das articulações das várias correntes, pois a disputa exacerbada por legendas para a Câmara dos Deputados diminuiria e as eleições assumiriam um nítido caráter majoritário. Com isso — argumentam — os partidos sairiam fortalecidos.

**ORNELLAS**

tação na Câmara e Senado, mas fez restrições à eleição de deputados para a Assembleia.

Os dois projetos em questão foram considerados semelhantes pelo deputado situacionista e, por isso, serão votados conjuntamente, aumentando, portanto, as possibilidades de sua aprovação.

A outra alternativa apontada como uma saída estratégica para o Distrito Federal é defendida sobretudo por líderes do empresariado e ela identifica-se na sua totalidade com a

O governador do Distrito Federal, José Ornellas, ao avaliar a possibilidade de Brasília vir a ter eleições, disse, com certa preocupação, que os candidatos que forem eleitos devem, basicamente, defender os interesses da comunidade. Esses interesses, sustentou Ornellas, "precisam ficar bem acima dos interesses pessoais" pois isso será "altamente benéfico" a toda a comunidade. Se o voto no DF for aprovado, Ornellas será o último governador a administrar sem parlamentares.